



SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS
DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA
Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 120 - PABX: 3039-3200
CEP 05508-900 – Cidade Universitária - São Paulo
www.daee.sp.gov.br

Conclusão

A premissa adotada para propor o aumento dos Preços Unitários Básicos – PUB, baseada na redução de carga poluidora, que provoca a redução de 75% na arrecadação, associada à melhoria nos recursos hídricos, e a premissa de fixar o valor arrecadado pela cobrança a uma porcentagem do valor de investimentos listados no Plano de Bacia, não se justificam frente aos princípios que norteiam uma boa gestão de recursos hídricos.

O considerando, nos preâmbulos da Deliberação PCJ nº 160/12, que no período de 2006 a 2012, não houve correção dos valores dos PUB, pode até ser justificável, mas, ainda assim, não está no estudo, mencionada a sua necessidade, bem como, não está claro, quais os impactos nos diversos setores usuários, que os novos valores acarretarão.

Por outro lado, observamos, que ocorreram melhorias na gestão dos recursos hídricos pelo CBH-PCJ, onde podemos citar : o ritmo considerável na remoção de cargas, o controle de perdas nas redes de abastecimento, a aceleração para desembolso dos recursos arrecadados e verificados a partir de 2012.

Sem mais, cordialmente,



Antonio Carlos Coronato
Coordenador da CTCOB